

Elos da Corrente

É preciso eliminar a desconfiança sobre a continuidade da atual política macroeconômica e fazer caminhar a agenda microeconômica.

Márcio G. P. Garcia¹
18 de fevereiro de 2004

Há 18 anos explodiu a nave espacial *Challenger*. A causa da tragédia foi a falha de um anel de vedação (*o-ring*), uma singela peça de borracha cujo custo era irrisório frente ao enorme prejuízo causado, sem contar as sete vidas que se perderam. A falha deveu-se, como mostrou o físico Richard Feynman, à baixa temperatura da manhã do lançamento, que causou o enrijecimento do anel de vedação, permitindo o vazamento do combustível que acabou causando a explosão. Todo o enorme esforço tecnológico foi posto a perder pelo efeito de um evento bastante comum sobre o anel de borracha.

Por se ter tornado um lugar comum, a constatação não é menos sábia do que sempre foi: uma corrente é tão forte quanto o mais fraco dos seus elos. Na maior parte das complexas tarefas do mundo moderno, garantir que não haja elementos destoantes do todo não é perfeccionismo, mas cuidado vital para garantir o sucesso e evitar o desastre.

A qualidade dos componentes da política econômica do atual governo é preocupantemente pouco homogênea. Do lado da política macroeconômica—baseada no tripé metas de inflação, câmbio flutuante e sólida posição fiscal—registra-se execução exemplar, a qual garantiu o controle da inflação que ameaçava voltar com força após a explosão do risco país e do câmbio em 2002. A estabilidade reconquistada é condição indispensável para a retomada do crescimento sustentado. Mas não é suficiente.

O crescimento sustentado só voltará se, ao lado da manutenção da atual política macroeconômica, forem levados a cabo os diversos aspectos da agenda microeconômica, como já enfatizado pelo ministro da Fazenda, e por vários analistas.

Infelizmente, não só a agenda microeconômica está patinando, como diversos participantes privilegiados dos círculos de poder dedicam-se costumeiramente ao destrutivo esporte de alvejar a política macroeconômica, como se isso não trouxesse algum custo. Devido a tais ataques, o governo incorre no ônus das políticas monetária e fiscal contracionistas, mas não usufrui plenamente do bônus

¹ Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio e pesquisador do CNPq escreve mensalmente neste espaço às sextas-feiras (<http://www.econ.puc-rio.br/mgarcia>).

de credibilidade a que faria jus se conseguisse transmitir a impressão de que de fato a continuidade da coerência na política macroeconômica não está em risco.

Este problema de credibilidade não é de fácil resolução. Não bastam as reiteradas declarações de apoio do presidente ao ministro da Fazenda e ao presidente do Banco Central. De certa forma, o próprio fato de serem necessárias já prejudica a credibilidade da continuidade da atual política macroeconômica. Afinal, o presidente anterior declarou repetidas vezes que não desvalorizaria o câmbio antes de finalmente fazê-lo em 1999.

A atual política macroeconômica só perdurará se for bem sucedida em trazer de volta o crescimento. Mas o crescimento requer a retomada do investimento privado, e este só aumentará se os investidores acreditarem que o cenário que se temia em 2002 está definitivamente descartado. Como os artífices das temidas idéias (moratória das dívidas interna e externa, controle cambial, juros artificialmente baixos, fechamento às importações, etc) continuam em diversos postos no governo, falando sobre “planos B”, é difícil ter confiança plena na continuidade. Com isso, o investimento não deslança e a volta do crescimento sustentado torna-se menos provável. É preciso quebrar esse círculo vicioso.

Uma das medidas que reforçaria a credibilidade é a autonomia do Banco Central para executar a política de metas de inflação. O argumento do governo é o de que já há autonomia de fato, e que a autonomia de direito não traria nenhuma mudança substancial na atual condução da política monetária. Mas se a autonomia do BC nada mudaria no dia-a-dia da política monetária, nem tampouco se pretende tirar do BC a atual autonomia de fato, qual o custo em torná-la também de direito? O ganho é claro: procurar reforçar a garantia que ciclos políticos não interferirão na política monetária, dificultando a repetição do caminho que já nos levou à megainflação pré-real. Não é panacéia, mas ajudaria a reafirmar o compromisso com a estabilidade.

Já quanto à agenda microeconômica, o governo enfrenta dificuldades graves em duas áreas: gerencial e conceitual. Nas mais diversas áreas de atuação do governo, registram-se queixas generalizadas quanto à inoperância e ineficiência de gestão. Espera-se ansiosamente que reforma ministerial possa melhorar a atuação gerencial do governo, sobretudo na Educação e na área Social.

Na área conceitual, parece haver noções conflitantes sobre a ação governamental em várias áreas-chave. Tome-se, por exemplo, as negociações comerciais em curso. É consenso que o país precisa abrir mercados para ampliar exportações. Portanto, o critério para julgar o sucesso de nossa diplomacia comercial deve estar vinculado ao aumento potencial das exportações obtido nas negociações. O que se vê na imprensa, contudo, é que, apesar de ganhos pequeníssimos quanto à substância (maiores exportações), declara-se vitória simplesmente por não “se entregar” as demandas do nosso maior parceiro comercial, os EUA. É difícil

antever como tal estratégia nos levará à desejada abertura de mercados economicamente significativos.

Outra área tratada pelo governo como fundamental é a constituição de marcos regulatórios para os setores de infra-estrutura. O tão esperado marco regulatório do setor de energia foi julgado pelos investidores como inadequado, e incapaz de criar ambiente propício aos imprescindíveis investimentos. Quanto ao desempenho das agências regulatórias, o quadro não é mais alvissareiro. O investimento de empresas privadas em áreas como telecomunicações e energia depende fundamentalmente na confiança dos contratos de longo prazo celebrados, dos quais as agências são as guardiãs independentes. A demissão do presidente da Anatel deu um péssimo exemplo, introduzindo a idéia de que o governo poderá vir a modificar contratos dependendo de seus interesses momentâneos. Com incerteza regulatória, o investimento não virá.

Em suma, a estabilidade reafirmada pelo governo Lula constituiu as bases para o lançamento do foguete do crescimento sustentado. Levá-lo ao espaço com sucesso requererá o fortalecimento dos diversos elos fracos da política econômica.